

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho

O Trabalho no Século XXI

Mudanças, impactos e perspectivas

GT 09 - Desigualdade Sócio Econômica e Desenvolvimento

**A CONTRIBUIÇÃO DO VALOR DO TRABALHO E DO NÃO TRABALHO NO
PIB BRASILEIRO**

Mayra Taiza Sulzbach¹

Valdir Frigo Denardin²

Janelize Nascimento Felisbino³

¹Professora da Universidade Federal do Paraná. Doutora em Desenvolvimento Econômico.
mayrats@ufpr.br

² Professor da Universidade Federal do Paraná. Doutor em Desenvolvimento, meio ambiente e sociedade.
valdirfd@ufpr.br

³ Acadêmica de Gestão Ambiental da UFPR/Setor Litoral

A CONTRIBUIÇÃO DO VALOR DO TRABALHO E DO NÃO TRABALHO NO PIB BRASILEIRO

Resumo:

As políticas públicas sociais no Brasil demonstram uma ampliação do número de atendimentos nos últimos quinze anos. Neste mesmo período há uma ampliação do número de trabalhadores com registros, o que poderia por pressuposto promover a redução do atendimento com assistência social (políticas públicas sociais). Ao contrário, observa-se que entre os maiores gastos estão os relacionados à assistência social. Buscando ampliar um pouco mais os estudos sobre trabalho e o não trabalho, e a participação deste na geração da riqueza nacional, este artigo elencou dois atores sociais: trabalhadores formais e beneficiários de transferências diretas de renda, realiza uma reflexão acerca da participação do trabalho formal dos brasileiros, através dos salários, bem como dos beneficiários direto de renda do governo federal na constituição do Produto Interno Bruto, chegando a resultados surpreendentes de que os salários são nominais dado sua representatividade no PIB.

A CONTRIBUIÇÃO DO VALOR DO TRABALHO E DO NÃO TRABALHO NO PIB BRASILEIRO

Introdução

Este trabalho inicia com uma breve definição e apresentação dos objetivos das políticas sociais brasileira em proteção e promoção, elencando a áreas de Previdência Social e da Assistência Social, ambas de proteção como áreas objeto de análise, não somente por serem as mais representativas em termos de parcela do PIB brasileiro (54,4%, em 2010), mas por se tratar de transferência direta de renda.

Na sequência apresenta-se o total de gastos por transferência de renda no ano de 2010 para o Brasil.

Dado a pouca relevância dos Gastos Social Federal em políticas de promoção: Emprego e Defesa do Trabalhador e Desenvolvimento Agrário, em termos de parcela do Gasto Social Federal, 5,3% e 0,8%, respectivamente, pode-se dizer que o mercado dado a necessidade da produção promove as políticas sociais de promoção, ficando assim uma parcela menos significativa para o Estado atuar.

O trabalho, mais especificamente o trabalho formal é por sua vez o outro ator importante objeto de análise, sendo esse o principal ator da produção de riqueza de uma economia de mercado, ou seja, do PIB brasileiro. Procurando esclarecer melhor para aqueles que não são economistas como ocorre o aumento da riqueza de uma nação. O Produto Interno Bruto mede a atividade econômica ou a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, durante o ano. E pela óptica do rendimento, o PIB é calculado a partir dos rendimentos dos fatores produtivos distribuídos pela empresa: trabalho, capital, juros, aluguéis etc. Com exceção do trabalho estes são denominados em Excedente Bruto de Exploração - EBE. O EBE inclui as amortizações e os rendimentos da propriedade. As autonomizados são os rendimentos distribuídos ao Estado sob a forma de impostos. Assim sendo, o trabalho para ser incorporado monetariamente ao PIB se resume aos salários pago aos trabalhadores, que não recebem rendimentos pela propriedade.

Portanto, este trabalho busca fazer uma reflexão sobre dois dos principais componentes do PIB: o valor do trabalho e os gastos com transferências diretas de renda. Estas obtidas pelo Estado através do pagamento de impostos das empresas.

Objeto

Os salários do trabalho formal e os benefícios das transferências de renda do não trabalho no Produto Interno Bruto brasileiro.

Objetivo

Este trabalho busca fazer uma reflexão sobre dois dos componentes do PIB, sob a ótica do rendimento: os oriundos do trabalho (salário) e oriundos das transferências diretas de renda (tributos), na constituição do PIB que se refere ao trabalho

A reflexão foi construída a partir das contribuições teóricas da formação do PIB pela ótica do rendimento, onde salários são as remunerações dos trabalhadores, no caso da base de dados utilizada foi o total de trabalhadores formais por as faixas salariais, com remuneração de treze meses. Para o entendimento das transferências de renda buscou-se através da pesquisa positiva o entendimento da política social brasileira, a qual estes instrumentos estão atrelados. Foram levantados os dados das transferências diretas da previdência social geral e do Programa Bolsa Família a fim de estimar a parcela destas políticas sociais na constituição do PIB.

Metodologia

O artigo foi construído com base em trabalhos técnicos do Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA, referentes aos Gastos Sociais Federal, mas principalmente pela captura de dados secundários junto ao Ministério de Previdência Social/Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais e Ministério de Combate a Fome.

A participação dos salários no PIB brasileiro foi considerada o total dos trabalhadores em 31 de dezembro de 2010, nas faixas de remuneração declaradas. Para reduzir os erros nas estimativas, se considerou três faixas: a primeira considerando que todos recebessem o mínimo declarado, a segunda a média das faixas mínima e máxima e a terceira a faixa teto. O valor do tributo de Imposto de Renda de Pessoa Física foi reduzido conforme as respectivas faixas salariais recomendadas, a fim de não duplicar a parcela referente ao PIB.

Resultados

Neste trabalho, apropria-se do entendimento de política social de CASTRO; RIBEIRO; CHAVES E DUARTE (2012, p. 4):

“(...) como sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado que se manifestam em oferta de bens e serviços, transferência de renda e regulação, com o objetivo de atender às necessidades e aos direitos sociais que afetam vários dos componentes das condições básicas de vida da população, inclusive aqueles que dizem respeito à pobreza e à desigualdade.”

A política social busca proteger e promover os cidadãos. Na proteção social visa reduzir e mitigar os riscos e vulnerabilidades a quaisquer indivíduos, promovendo a segurança social de indivíduos, famílias e grupos em determinadas situações de dependência ou vulnerabilidade, utilizando-se principalmente de políticas ligadas a seguridade social, tais como programas e ações da previdência social geral e do setor público. Na promoção social busca garantir ao indivíduo ou grupos sociais oportunidades e resultados sobre os recursos e benefícios conquistados pela sociedade, utilizando-se especialmente de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão até a democratização do acesso a ativos que possam promover tal desenvolvimento. De maneira geral, a proteção e a promoção social buscam distribuir ou redistribuição de renda e de bens e serviços.

As políticas sociais objeto de análise neste trabalho são as mais expressivas em termos de participação do total de gastos das políticas sociais, bem como de participação do PIB brasileiro, são elas: a previdência social geral e a assistência social, ambas relacionadas à política de proteção social. Em 2010 o total de Gastos Social Federal foi de R\$ 638,5 bilhões, representando 15,54% do PIB brasileiro. No mesmo ano registra-se que do total das áreas de atuação das políticas sociais⁴ 47,5% dos GSF estavam destinados a Previdência Social e 6,9% a Assistência Social. Apesar desta última não ser uma das mais relevantes, ficando abaixo dos Benefícios Servidores Públicos Federais

⁴ As áreas de atuação das políticas sociais tanto diretas como transversais em CASTRO; RIBEIRO; CHAVES E DUARTE (2012) são: Alimentação e Nutrição, Assistência Social, Benefícios servidores Públicos Federais, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Educação, Emprego e Defesa do trabalhador, Habitação e Urbanismo, Previdência Social, Saneamento e, Saúde.

(14,6%), da Saúde (10,8%) e da Educação (7,2%), é uma das áreas que vem ganhando espaço entre as demais áreas: em 1995 esta área ocupava 0,7% do PIB brasileiro (CASTRO; RIBEIRO; CHAVES E DUARTE, 2012).

O Produto Interno Bruto brasileiro em 2010 foi de 3,673 trilhões, resultado de 6,7% no valor adicionado e 12,5% nos impostos em relação ao mesmo período de 2009 (IBGE, 2012). Considerando naquele ano 190.755.800 habitantes o PIB per capita ficou em torno de R\$ 19.100,00. Do total da população brasileira aproximadamente 110.000.000 encontravam-se em Idade Economicamente Ativa - IEA, ou seja, em média 56% do total da população. Naquele ano parte da população brasileira, mesmo em IEA encontrava-se amparada com Benefícios de Prestação Continuada – BPC, seja ela por deficiência, com 1.778.345 pessoas, ou por idade 1.623.196 pessoas, somando um total de R\$ 904.794.959,10 e R\$ 826.851.042,16 em dezembro daquele ano. No mesmo ano, no mês de dezembro 215.463 pessoas encontravam-se amparadas com Renda Mensal Vitalícia para Deficiente, somando monetariamente um montante de R\$ 109.801.724,64 e 71.830 pessoas recebendo renda a título de Renda Mensal Vitalícia para Idosos no montante de R\$ 36.611.433,35. Ainda a título de transferência direta de renda - política social de proteção, no mesmo ano em dezembro somava-se 12.788.200 beneficiários do Programa Bolsa Família, somando R\$ 1.239.042.080,00. No total as políticas sociais de proteção, atendiam 16.467.054 habitantes ou 8,63% do total da população, somando R\$ 3.117.101.239,00 mensal, ou seja aproximadamente 1,5% do PIB do ano.

Com relação a parcela do PIB oriunda do trabalho, esta pesquisa estima apenas os trabalhadores do emprego formal em dezembro de 2010, conforme dados cadastrados na Relação Anual de Informações Sociais. Em dezembro daquele ano havia 43.462.542 trabalhadores formais, 22,78% da população total ou 40,53% da população em idade ativa – PIA. Esta população recebia salários que variavam entre metade de um salário mínimo, na época de R\$ 510,00, até 25 salários mínimos. No total a soma dos salários, de um mês com base no mínimo a receber, deduzido a parcela referente ao Imposto de Renda de Pessoa Física era de R\$ 1.013.447.221.889,43, com base na média era de R\$ 1.530.477.559.500,87 e máxima de R\$ 2.035.840.055.995,50. A soma dos salários mensais equivale respectivamente a 27,59% do PIB, 41,69% do PIB e 55,43% do PIB.

Esta breve reflexão sobre a constituição dos PIB, considerando os salários do emprego formal e das transferências de renda, sugerem que os salários não são reais na

economia brasileira, pois em apenas um mês de salários pagos podem representar aproximadamente 55% do PIB brasileiro.

Bibliografia

CASTRO, J.A.; RIBEIRO, J.A.C.; CHAVES, J.V.; DUARTE, B.C. Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. **Nota Técnica IPEA**. No. 9. Brasília : IPEA, Setembro de 2012. 31p.